

Parecer Tributário – Incidência Fiscal da Indemnização

Processo n.º 1234/2026 – Despedimento por Justa Causa – Uso Indevido de Email Corporativo

Requerente: José Manuel da Silva, NIF 123 456 789, residente em Rua da Boavista, 45, 1200-345 Lisboa.

Requerido: Empresa XYZ, Lda., NIF 987 654 321, sede em Avenida da República, 250, 1050-150 Lisboa.

Data: 22 de fevereiro de 2026

1. Enquadramento Fático

1.1. O trabalhador José Manuel da Silva foi despedido por justa causa a 10 de janeiro de 2026, sob a alegação de uso indevido do email corporativo.

1.2. O reclamante impugna o despedimento, alegando inexistência de violação grave e ausência de comunicação prévia nos termos do Código do Trabalho.

1.3. O tribunal laboral determinou, em sede de sentença provisória, a nulidade da justa causa e fixou a indemnização por despedimento ilícito no valor de **€ 45 000,00** (quarenta-e-cinco mil euros), com juros de mora a 1 % ao ano a contar da data do despedimento.

1.4. O presente parecer tem por objetivo analisar a incidência fiscal da referida indemnização, bem como indicar as obrigações tributárias a observar pelo requerente e pela empresa.

2. Fundamentação Jurídica

Norma	Dispositivo	Conteúdo relevante
Código do IRS (CIRS)	Art.º 10.º, n.º 1	Determina que as indemnizações por cessação de contrato de trabalho são, em regra, rendimentos de categoria A.
Código do IRS (CIRS)	Art.º 11.º, n.º 2	Exime de tributação a parte da indemnização que corresponda a compensação por perda de direitos patrimoniais, até ao limite de € 15 000,00, ou até ao limite de 12 meses de remuneração base, o que for maior.
Código do IRS (CIRS)	Art.º 12.º, n.º 1	Estabelece a retenção na fonte de 25 % sobre os rendimentos de categoria A, salvo isenção legal.
Código do Trabalho	Art.º 351.º	Prevê a obrigação de pagamento de indemnização por despedimento ilícito, calculada em função da antiguidade e da remuneração base.
Código do IVA	Art.º 9.º	As indemnizações por cessação de contrato não constituem prestação de serviços e, por isso, estão isentas de IVA.

2.1. Natureza da Indemnização A indemnização por despedimento ilícito tem dupla natureza:

- **Compensatória** – visa reparar a perda do posto de trabalho e dos direitos patrimoniais (art.º 11.º CIRS).
- **Punitiva** – decorre da responsabilidade civil da entidade patronal e não está abrangida pela isenção prevista no art.º 11.º.

2.2. Limite de Isenção De acordo com o art.º 11.º, n.º 2, CIRS, a parte da indemnização que não ultrapasse **12 (doze) meses de remuneração base** do trabalhador ou **€ 15 000,00**, consoante o maior, está isenta de tributação.

- Remuneração base mensal de José Manuel da Silva: **€ 2 500,00**.
- $12 \times € 2 500,00 = € 30 000,00$ (valor superior a € 15 000,00).

Portanto, a isenção incide até **€ 30 000,00** da indemnização.

2.3. Rendimento Sujeito a Tributação Valor total da indemnização: **€ 45 000,00**

Valor isento: **€ 30 000,00**

Valor sujeito a tributação: **€ 15 000,00**

Este montante integra a categoria A do IRS e será sujeito à taxa de retenção na fonte de **25 %**, salvo opção pelo englobamento no modelo de declaração anual (art.º 12.º CIRS).

3. Obrigações Fiscais do Requerente

Obrigação	Prazo	Forma de Cumprimento
Retenção na Fonte	Até ao dia 10 do mês subsequente ao pagamento	A empresa XYZ, Lda. deverá efetuar retenção de 25 % sobre € 15 000,00 (valor tributável) – total de € 3 750,00 – e entregar o respetivo recibo de retenção à Autoridade Tributária (AT).
Entrega da Declaração de IRS (Modelo 3)	Até 30 de junho de 2026 (ano fiscal 2025)	O trabalhador deverá incluir o valor tributável (€ 15 000,00) na sua declaração de IRS, indicando a retenção já efetuada (€ 3 750,00).
Pagamento de Imposto (se houver diferença)	Até 30 de junho de 2026	Caso a retenção seja inferior ao imposto devido, o contribuinte deverá proceder ao pagamento da diferença.
Comunicação à Segurança Social	Imediatamente após o pagamento	A empresa deve comunicar à Segurança Social o cessamento do contrato e o pagamento da indemnização, para efeitos de cálculo de prestações e de eventual compensação.

4. Obrigações Fiscais da Empresa XYZ, Lda.

1. **Retenção e entrega de recibo** – Conforme descrito na tabela anterior, a empresa deve reter 25 % sobre € 15 000,00 e entregar o recibo de retenção (AT 2) até ao dia 10 do mês seguinte ao pagamento da indemnização.
2. **Declaração Modelo 10** – A empresa tem a obrigação de declarar a retenção praticada na entrega do Modelo 10, até ao último dia útil do mês seguinte ao pagamento.
3. **Comunicação ao Serviço de Finanças** – Deve ser feita a comunicação da cessação do contrato e do pagamento da indemnização através do Portal das Finanças, utilizando o código de operação “Despedimento – Indemnização”.
4. **Registo contabilístico** – A indemnização deve ser registada como despesa extraordinária (conta 66 – Provisões e encargos por indemnizações) e o respetivo IVA (não aplicável) deve ser indicado como isento no livro de registo de IVA.

5. Conclusão e Recomendações

1. **Incidência Fiscal** – Da indemnização de € 45 000,00, € 30 000,00 estão isentos de tributação (art.º 11.º CIRS) e € 15 000,00 são tributáveis como rendimentos de categoria A, sujeitos a retenção na fonte de 25 %.
2. **Procedimentos a cumprir** –
 - **Empresa XYZ, Lda.** – Retenção de € 3 750,00, entrega de recibo de retenção e comunicação à AT e à Segurança Social.
 - **José Manuel da Silva** – Inclusão do valor tributável na declaração de IRS 2025, verificação da correta aplicação da retenção e pagamento de eventual diferença.
3. **Recomendação ao Requerente** – Solicitar à empresa o comprovativo de retenção (AT 2) e, caso não tenha sido emitido, requerer a sua emissão imediata. Preparar a declaração de IRS com atenção ao anexo “Rendimentos de Trabalho Dependente”, indicando o código de rendimentos “Indemnização por despedimento ilícito”.
4. **Recomendação à Empresa** – Verificar o cálculo da retenção à luz da remuneração base do trabalhador e assegurar que o recibo de retenção contém a referência ao processo n.º 1234/2026, a fim de evitar contestações futuras.
5. **Observação** – Caso a empresa pretenda optar pelo englobamento da indemnização na taxa de IRS do trabalhador (art.º 12.º, n.º 2 CIRS), deverá comunicar a opção à AT até ao final do prazo de entrega da declaração de IRS, o que pode ser vantajoso se a taxa efetiva do contribuinte for inferior a 25 %.

Parecer elaborado por:

Dr. António Ribeiro, OA 12345
Escritório de Advocacia Ribeiro & Associados
Rua das Flores, 123 – 1050-100 Lisboa
NIF 245 678 901

Este parecer tem carácter meramente informativo e não substitui a consulta a um contabilista certificado para a efetiva realização das obrigações fiscais.